

Enfim, o crescimento

Em sua entrevista coletiva de ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou, com clareza, a questão do ritmo de desenvolvimento que o seu Governo pretende ver implantado no País. Disse o Presidente que não deseja um crescimento de 12 a 15% ao ano, que vai forçar uma importação enorme, que vai provocar crise cambial. E haverá também escassez de oferta, o que vai provocar também subida de preços. “Não é essa a nossa política. Não é fazer de conta que já podemos crescer a 10 ou 12% quando ainda não podemos. A nossa política é dizer ao País com clareza: se nós conseguirmos crescer, durante um período dado a 5 ou 6% e nós mantivermos a estabilidade, ou seja, a inflação sob controle; se nós tivermos refazendo os mecanismos de investimento, aí sim o Brasil passa a ser um país que deu um salto”.

Vale a pena a transcrição mais extensa desse trecho da entrevista, na qual o Presidente da República praticamente explica à opinião pública — e esse é o objetivo de uma entrevista coletiva — a orientação que vem sendo dada à economia do País. Entende-se que as restrições ao crédito, ultimamente abrandadas pelas medidas recentes do Banco Central, inserem-se dentro desse objetivo de impedir que a economia brasileira obtenha um salto espetacular de crescimento este ano, da ordem de 10 ou até de 12% ao ano — para depois despencar numa inflação

e numa algazarra, por não ter condições de sustentar essas taxas elevadas por mais um ou dois períodos.

Faltava ao País uma palavra de esclarecimento com a autoridade do Presidente da República. Agora se sabe, com todas as letras, que a ordem é “pisar no freio” e impedir alvoroços desenvolvimentistas que, no fundo, não passariam de uma economia do tipo relâmpago — que brilha nos céus por alguns segundos e depois mergulha nas trevas.

Já que a meta anunciada por FHC na sua entrevista não vai além de 5 a 6% — e há economistas que duvidam possa o País alcançar 4% este ano — é de se esperar que as políticas creditícia, de importações e de exportações ajustem-se a essa meta, de modo que não haja, de um lado, a expectativa de crescimento maior e, de outro, a frustração de uma recessão branca que pode impedir até esses ambiciosos 5 ou 6% anunciados pelo chefe do Governo.

É preciso, portanto, que os clamores das classes produtoras sobre arrocho de crédito, somados aos anseios da agricultura, não sejam ignorados pelas autoridades do Governo, sob pena de não se conseguir, no corrente ano, nem a taxa elevada com que sonham alguns levianos e nem com os contidos 5% que o Presidente anuncia como a meta de seu Governo.